

## Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75)

Environment and Dictatorship in Brazil: The Fight Against Borregaard Cellulose (1972-75)

Medio Ambiente y Dictadura en Brasil: La lucha contra la Celulosa Borregaard (1972-75)

### AUTORA

**Elenita Malta Pereira\***

Universidade Federal  
do Rio Grande do  
Sul, Porto Alegre, Rio  
Grande do Sul, Brasil  
[ppghist@ufrgs.br](mailto:ppghist@ufrgs.br)

Nesse artigo, abordo um temática ainda pouco presente na historiografia ambiental brasileira: como se dava o trato das questões ambientais durante o período da ditadura civil militar que governou o país entre 1964-1985. Aqui, o tema é estudado por meio da análise do caso que envolveu a instalação e o funcionamento da indústria de celulose Borregaard, na cidade de Guaíba, estado do Rio Grande do Sul, nos anos 1970. Através de reportagens, recortes de jornais, e documentos do Arquivo Privado de José Lutzenberger (APJL), foi possível acessar o contexto de lutas contra a fábrica. Ao exalar um odor fétido que atingia Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, ela provocou um intenso debate sobre poluição e qualidade de vida, importante para promover a conscientização ecológica no estado.

Palavras-chave: **Meio Ambiente; Ditadura Brasileira; Borregaard; José Lutzenberger; Biografia; Ambientalismo Brasileiro; História Ambiental.**

---

### RECEPCIÓN

15 de agosto de 2014

### APROBACIÓN

9 de octubre de 2014

### DOI

**10.3232/RHI.2014.  
V7.N2.07**

This article addresses a topic that is very seldom found in Brazilian environmental historiography: how environmental issues were treated during the period of the civil-military dictatorship that ruled the country from 1964-1985. This paper addresses this topic through a case study, which concerned the facilities and the operation of the Borregaard cellulose company in the city of Guaíba, state of Rio Grande del Sur, during the 1970s. Through reports, newspaper articles and documents from the Jose Lutzenberger's Private Archive (APJL), it was possible to understand the context of the fights against the company. Due to the odorous emissions, which affected Puerto Alegre, the capital of Rio Grande del Sur, an intense debate was generated surrounding contamination and quality of life issues, which played an important part in promoting ecological awareness within the state.

Key Words: **Environment; Brazilian Dictatorship; Borregaard; José Lutzenberger; Biography; Brazilian Environmentalism; Environmental History.**

---

En este artículo, trato una temática aún poco presente en la historiografía ambiental brasileña: cómo se daba el trato de las cuestiones ambientales durante el período de la dictadura civil-militar que gobernó el país entre 1964 y 1985. Aquí, el tema es estudiado mediante el análisis del caso que envolvió la instalación y el funcionamiento de la industria de celulosa Borregaard en la ciudad de Guaíba, estado del Rio Grande del Sur, en la década de 1970. A través de reportajes, recortes de periódicos y documentos del Archivo Privado de José Lutzenberger (APJL), fue posible acceder al contexto de luchas contra la fábrica. Debido a las emisiones mal olientes que afectaron a Puerto Alegre, capital de Rio Grande del Sur, se generó un intenso debate sobre contaminación y calidad de vida, lo que resultó importante para promover la concientización ecológica en el estado.

Palabras clave: **Medio Ambiente; Dictadura Brasileña; Borregaard; José Lutzenberger; Biografía; Ambientalismo Brasileiro; Historia Ambiental.**

---

## Introdução

Nesse artigo, abordo um temática ainda pouco presente na historiografia ambiental brasileira: como se dava o trato das questões ambientais durante o período da ditadura civil militar que governou o país entre 1964-1985. Aqui, o tema será tratado por meio da análise do caso que envolveu a instalação e o funcionamento da indústria de celulose Borregaard, na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, nos anos 1970. Nesse período, surgiram importantes entidades e sujeitos ambientalistas no Brasil que, preocupados com a devastação dos elementos naturais, foram responsáveis pela popularização de conceitos da ciência Ecologia e pela conscientização de que era necessária uma nova relação entre humanidade e natureza.

No episódio em estudo, destacou-se a atuação do engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger (1926-2002) e da entidade que ele presidia, desde sua fundação em 1971, em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Também foram importantes setores da imprensa e da classe política local na construção de uma campanha contra a fábrica, que ganhou feições políticas, econômicas e ambientais.

Utilizo, como principais fontes primárias de estudo, reportagens, recortes de jornais, e documentos do Arquivo Privado José Lutzenberger (APJL): correspondência, textos escritos por Lutzenberger, charges publicadas em jornais, bem como manifestações dos atores envolvidos no caso. Também utilizo documentos pesquisados no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), em Porto Alegre. Essas fontes fazem parte do corpus de uma pesquisa maior, minha tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, uma biografia de José Lutzenberger sob a perspectiva da história ambiental<sup>1</sup>.

Segundo Donald Worster, a história ambiental pode e deve trabalhar com diferentes escalas, incluindo a escala da biografia. Tanto a escala global, coletiva, como a escala individual e local são

essenciais para o entendimento do passado; cada uma delas acrescenta conhecimento valioso e iluminador sobre diferentes dimensões da relação humanos-natureza, ao longo da história<sup>2</sup>.

A junção do método biográfico com o ponto de vista da história ambiental leva à variação de escalas que possibilita vislumbrar todo um conjunto de ideias, representações e reflexões que embasaram práticas de um personagem e de seus interlocutores, em determinado contexto. Em meu caso de estudo, o acesso à atuação de Lutzenberger como militante e pensador do movimento ambientalista brasileiro, abordada em relação com outros atores daquele campo de possibilidades, ilumina episódios importantes, reveladores de como se davam as intersecções entre as questões ambientais e as práticas e mecanismos utilizados no regime civil-militar no Brasil. O caso da Borregaard foi um dos mais expressivos nesse sentido, ao envolver um amplo conjunto de atores, com grande repercussão na imprensa.

Para realizar a análise proposta, primeiramente abordo o contexto de estabelecimento do regime civil-militar brasileiro, durante o qual é fundada a AGAPAN e se dá a construção da Celulose Borregaard. Em seguida, enfoco as discussões que a abertura da fábrica provocou sobre “poluição” e “qualidade de vida”, em meio aos debates na Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente organizada pela ONU (Estocolmo, 1972), e a campanha na imprensa gaúcha para fechá-la. Num terceiro momento, analiso a posição de Lutzenberger e da AGAPAN nesse debate. Por fim, a discussão política em torno da Borregaard é enfocada. Mesmo que a empresa não tenha sido interdita ou transferida, permanecendo como imposição de um governo sustentado na censura e arbitrariedade, o debate que ela gerou foi muito importante, no despertar da consciência ecológica no Rio Grande do Sul.

## **A emergência das preocupações ecológicas na ditadura civil-militar brasileira**

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 destituiu o presidente do Brasil, João Goulart, e instaurou um regime de ditadura que vigorou por 21 anos, até março de 1985. Durante esse período, uma estrutura de controle, censura e cerceamento de liberdade foi colocada em prática, com momentos de maior ou menor repressão. Através de uma série de normas e decretos, que ficaram conhecidos como “Atos Institucionais”, os novos governantes legitimavam suas ações políticas, inclusive estabelecendo a si próprios poderes extra constitucionais. Com o Ato Institucional Nº 2, publicado em 27 de outubro de 1965, os partidos políticos foram dissolvidos e foi instalado um bipartidarismo entre o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida, moderada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>3</sup>.

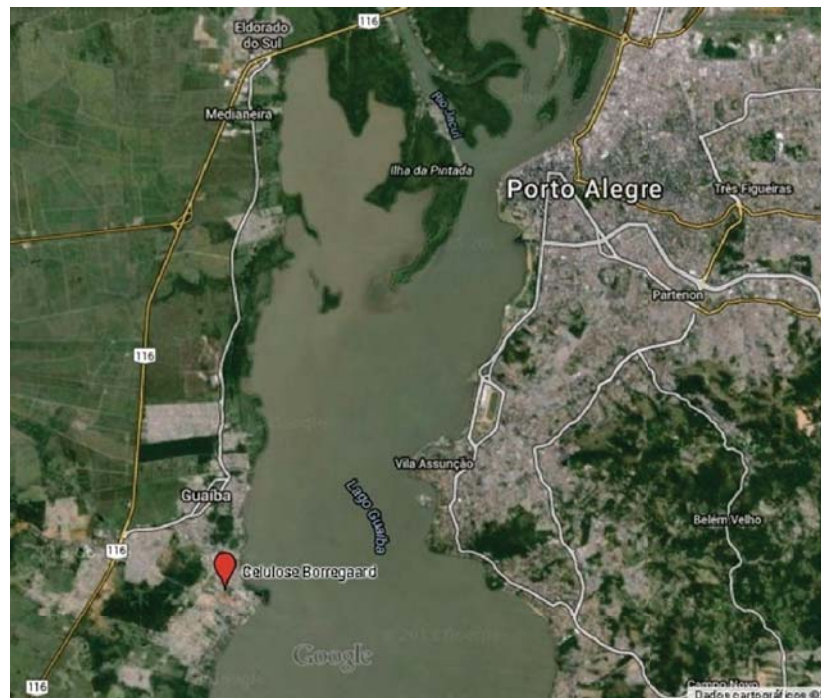
O período mais difícil dessa ditadura (1968-1973) teve início no final de 1968, quando foi instituído o Ato Institucional Nº 5, que dissolveu o Congresso Nacional, suprimiu liberdades civis e tornou possível que o Exército e a Polícia brasileira prendessem qualquer pessoa considerada suspeita de subversão -a perseguição recaia sobretudo aos acusados de serem comunistas<sup>4</sup>. Aliado à intensificação do aparato repressivo, esse foi o período do chamado “milagre econômico”, em que o regime favoreceu a crescente penetração de capital internacional, configurando um

“tripé econômico”, baseado na “aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado”<sup>5</sup>. Deu-se no Brasil um “desenvolvimento dependente”, constituído através de todo um “espectro de mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que acompanham e facilitam essa expansão”<sup>6</sup>.

Foi durante esse contexto que combinava repressão política e altos índices de crescimento econômico (às custas de forte arrocho salarial, o que aumentou as já gritantes desigualdades sociais no país) que um grupo de cidadãos preocupados com a devastação ambiental fundou a AGAPAN, em abril de 1971. Como presidente, foi escolhido José Lutzenberger, um engenheiro agrônomo que voltava a sua cidade natal, Porto Alegre, depois de treze anos no exterior trabalhando para a BASF, uma multinacional agroquímica sediada na Alemanha. Quando assumiu o cargo em 1957, a empresa produzia adubos, entretanto no final dos anos 1960 entrou no ramo dos pesticidas. Lutzenberger se interessava por biologia e ecologia, áreas em que desenvolveu estudos e experimentações por conta própria, ao longo desses anos, que levaram a sua conscientização ecológica mais ampla. Aliado a isso, movimentos sociais e políticos de defesa ambiental começavam a surgir em todo mundo, a partir da publicação de *Primavera Silenciosa*, em 1962<sup>7</sup>. Segundo ele mesmo, chegou um momento em que sua consciência não mais permitiu que continuasse num emprego em que era obrigado a vender agrotóxicos<sup>8</sup>. Como presidente da AGAPAN, Lutzenberger tornou-se um porta voz das preocupações ambientais daquele contexto, liderando atividades de conscientização ecológica e diversos episódios de lutas pela proteção do ambiente.

Nesse mesmo período, estava em curso a construção da indústria de celulose norueguesa Borregaard, no município de Guaíba, às margens do lago de mesmo nome, em frente a Porto Alegre, como podemos ver no mapa abaixo:

Figura 1: LOCALIZAÇÃO DA CELULOSE BORREGAARD



Mapa elaborado pela autora, por meio do aplicativo google maps.

Segundo matéria do jornal *Zero Hora*, a história da Borregaard começou em 1965,

num encontro casual de um piloto que trazia aviões dos Estados Unidos para vender em Porto Alegre com quatro noruegueses que procuravam um lugar para instalar uma fábrica de celulose na América Latina. O piloto, Sólton Tavares, hoje prefeito de Guaíba, sugeriu seu município e trouxe os técnicos da empresa norueguesa Borregaard para conhecer Guaíba. Sete anos depois, em 16 de março de 1972, a indústria era inaugurada<sup>9</sup>.

Ainda em 1965, os noruegueses apresentaram a primeira consulta ao governo do estado para instalar-se em Guaíba. Ildo Meneguetti, que apoiara os segmentos mais conservadores da sociedade no processo que culminou no golpe civil-militar de 1964, era o governador do Rio Grande do Sul<sup>10</sup>. Como esses grupos defendiam a vinda de investimentos estrangeiros, especialmente estadunidenses e europeus, e não havia obrigatoriedade de estudos de impacto socioambiental, a Borregaard foi muito bem recebida pelos governantes civis e militares no Estado. Além disso, a empresa se inseria no projeto econômico desenvolvimentista do regime, do qual também faziam parte o pacote tecnológico da “revolução verde” na agricultura<sup>11</sup> e a ocupação da Amazônia com incentivos fiscais<sup>12</sup>.

A partir de sua inauguração, em 16 de março de 1972, a indústria passou a emitir um odor fétido de ovo podre, extremamente forte: dependendo da direção do vento, podia chegar até o centro de Porto Alegre, distante cerca de dez quilômetros. Isso gerou uma intensa mobilização popular, que pedia o fechamento da fábrica, a qual recebeu apoio da imprensa e de alguns políticos locais.

## A luta a favor da “qualidade de vida” e contra a Borregaard

Desde sua fundação, a AGAPAN se ocupou com o combate à poda incorreta e derrubada de árvores em Porto Alegre, posicionou-se contra a caça ilegal, as queimadas e desmatamento, e já iniciava a crítica ao uso de agrotóxicos, em âmbito estadual. Mas a primeira grande luta da entidade ambientalista foi contra a poluição causada pela fábrica de celulose norueguesa instalada às margens do Lago Guaíba, a Borregaard.

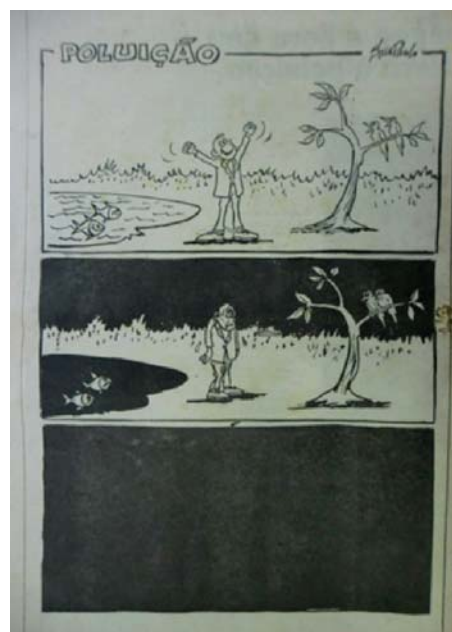
Uma manifestação muito aparente e desconfortável -o mau cheiro- motivou que fosse desencadeado um amplo debate estadual sobre “poluição e qualidade de vida”. Era tudo o que Lutzenberger e os membros da emergente AGAPAN precisavam para angariar o apoio da população às suas causas. Por essa época, ele começava a ser chamado para falar em entrevistas ou em qualquer evento sobre a temática ambiental, como autoridade respeitada na área. Mas no caso específico da Borregaard, houve um apoio “de peso” na luta: a campanha realizada por Breno Caldas em sua empresa jornalística, a Caldas Júnior (que reunia os jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* e a rádio *Guaíba*) contra a fábrica norueguesa. Dono de um haras na Zona Sul de Porto Alegre, Caldas mobilizou-se contra o cheiro que causava incômodo aos cavalos e transtornos econômicos<sup>13</sup>. Na sequência, também periódicos de outras companhias jornalísticas sediadas na capital, como *Zero Hora* e *Jornal do Comércio*, “aliaram-se à causa e conseguiram a adesão quase total da sociedade porto-alegrense (...), numa espécie de guerra psicológica”<sup>14</sup>.

Notícias contra a poluição gerada pela Borregaard passaram a ocupar lugar de destaque nas páginas dos jornais, como a chamada abaixo, publicada na capa do jornal *Zero Hora*:



ZERO HORA. Capa. Foto da Borregaard. Porto Alegre, 03/08/1972 (MCSHJC).

Também a publicação de charges com ironias e críticas à empresa - direta e indiretamente - tornou-se frequente. É interessante observá-las como documentos muito ricos para a produção e conhecimento histórico, que podem “funcionar, simultaneamente, como crônica e interpretação, pois não é fácil separar o ato de informar e a ação de interpretar os eventos políticos”<sup>15</sup>. A charge reproduzida abaixo não menciona a Borregaard, mas pode ser entendida como uma crítica indireta a ela, na medida que a fábrica provocou todo um debate sobre o tema da poluição, naquele contexto:



SAMPAULO. Poluição. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 17/06/1972 (APJL).

Paralelo ao odor desconfortável, com o início das operações da Borregaard, em Brasília ocorriam reuniões preparatórias para definir a posição do Brasil na Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (realizada entre 5 e 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia), organizada pela ONU. No APJL, consta relatório sobre uma dessas reuniões, realizada no âmbito da Comissão de Preservação do Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Petróleo, em 18 de abril de 1972. No relatório, escrito por um dos representantes dessa comissão, Eleazar Sávio, consta que, na reunião, o Embaixador Miguel Ozório de Almeida “fez um relato histórico da preparação da conferência, cuja ideia inicial surgiu em 1968, no seio do governo sueco e movida por aspectos emotivos que o problema vem levantando em todo o mundo”<sup>16</sup>. Segundo Savio, Almeida garantiu que “se trata de assunto puramente político, apesar da recomendação de que a conferência deve ser operacional”<sup>17</sup>. A posição que o governo brasileiro adotaria no evento era “recomendada pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, Ministério do Planejamento, Ministério da Indústria e Comércio, e aprovada pela Presidência da República”. Estava determinado que o Brasil defenderia

Que não nos interessa água pura e ar puro se não temos emprego e, conseqüentemente, dinheiro para comprar o que comer. O Brasil prefere ter um ar menos puro, um solo menos puro, águas menos puras mas uma indústria que dê condições econômicas ao povo e ao governo para se desenvolver. Este é o ponto básico. Se for possível e economicamente viável industrializar sem poluir, isso será feito, se não for possível, teremos a indústria e as conseqüências das mesmas, apenas amenizadas com um planejamento adequado, quanto à localização<sup>18</sup>.

A posição do Brasil, que praticamente pediu poluição na Conferência, é bastante conhecida<sup>19</sup>. No entanto, é interessante compreender as relações entre o contexto brasileiro e mundial de preparativos para o evento, e o contexto local porto-alegrense. O relatório de Savio está sublinhado a caneta, muito provavelmente por Lutzenberger, nas palavras “quanto à localização”. Podemos inferir que o destaque se deu em função das discussões sobre a Borregaard, naquela mesma época. A “localização da fábrica” foi um dos fatores mais debatidos na polêmica que envolveu ambientalistas, jornalistas e políticos, como veremos.

Continuando o texto, Savio relata que o Embaixador “atacou rudemente” o Clube de Roma<sup>20</sup>. Criticou os ecologistas duramente. Suas palavras foram: “o ecólogo é um desastre total”. Essas últimas palavras estão sublinhadas com caneta vermelha, deixando entrever o espanto do leitor com a posição de Almeida contra iniciativas individuais e de grupos pela proteção da natureza. Para o Embaixador, bem como para o alto escalão do governo brasileiro, naquele momento dominado pelos militares e civis tecnocratas no poder, o país precisava atingir o progresso a qualquer custo, mesmo com a destruição de seus elementos naturais.

A Conferência de Estocolmo provocou discussões sobre a questão ambiental em todo o mundo. Nem Lutzenberger nem qualquer representante da AGAPAN participaram do evento, mas seus ecos chegavam a Porto Alegre, que estava, no mesmo momento, “sentindo na pele” - ou no nariz - as conseqüências do descaso com o tema. Num contexto de ditadura civil-militar, os governantes preferiam atrair investimento – e poluição – a tomar medidas protetivas, tanto

da saúde da população como dos elementos naturais envolvidos. No caso da Borregaard, sua instalação comprometia o ar, pois expelia diariamente “gás sulfídrico, tiometilmercaptano e sulfato de metila”<sup>21</sup>, as águas do Lago Guaíba, que recebia os efluentes da indústria sem tratamento, e os banhados e as florestas da região, com o plantio de extensas áreas de eucaliptos, matéria-prima para fabricar a celulose.

## A posição de Lutzenberger e da AGAPAN

Ainda em 1965, foi solicitado um parecer sobre a viabilidade da construção da fábrica ao Instituto de Pesquisas de Saneamento, órgão executivo do Conselho de Poluição (extinto em 1966). O engenheiro-químico Milo Raffin estudou o caso e emitiu parecer, condenando a instalação da indústria de celulose Borregaard em Guaíba. No entanto, o relatório desapareceu e a fábrica foi construída sem qualquer oposição. Em janeiro de 1973, em meio à pressão popular, o Secretário da Saúde estadual, Jair Soares, tornou público o caso: “o relatório sumiu, para permitir a instalação da fábrica, e só reapareceu uma cópia, no ano passado, quando a Secretaria de Saúde insistiu em conhecer o documento”<sup>22</sup>.

Casos como esse se mostravam corriqueiros na época. Sob a ditadura civil-militar brasileira, era comum o desaparecimento de relatórios, pareceres, listagens, etc. Todo o tipo de documento que fosse contrário aos objetivos do regime, ou pudesse representar alguma ameaça a seus projetos desenvolvimentistas, corria o risco de desaparecer.

Entrevistado, Raffin elogiou a atitude de Soares, que lhe tirou um peso da consciência, e afirmou que não vetara inteiramente

a instalação da Borregaard, mas apenas disse que o Guaíba não era o local indicado e até aconselhei que a localização poderia ser mais para o lado do Rio Jacuí. Aliás, com referência à localização, a consulta ainda era vaga e não dizia exatamente o local. Tomei a precaução exatamente prevendo o mau cheiro que parece ser o maior problema de agora<sup>23</sup>.

A instalação da empresa foi lembrada como algo triste por Lutzenberger, em entrevista no final da vida. Segundo ele, na primeira vez em que viu a fábrica, estava voltando ao Brasil, a bordo de um navio, em janeiro de 1971. Na chegada a sua cidade natal, subindo o Guaíba, foi possível avistar as obras da Borregaard:

Passamos diante das praias Florida e Alegria, onde, como criança e na juventude, tinha passado muitas e deliciosas férias de verão em contato com a natureza. Logo além da Alegria, me chocou que numa área que eu tinha conhecido como praticamente virgem, com matacões e grandes figueiras, estava surgindo uma enorme área industrial. Não sabia o que era, mas me entristeceu, pois era um pedaço de natureza prístina que eu estava ansioso por rever e que estava desaparecendo<sup>24</sup>.



Quando a fábrica entrou em operação, a poluição do ar o incomodou muito, porém de forma diferente do resto da população: recém havia deixado a BASF, cuja sede na Alemanha exalava “um cheiro químico forte, penetrante que afetava duas cidades, Mannheim e Ludwigshafen, [e por isso] fiquei mais chateado ainda”<sup>25</sup>.

Já no início das operações, verificou-se o cheiro exalado pela Borregaard e que os dejetos eram jogados no lago, sem tratamento. Depondo na Assembleia Legislativa-RS, em 30 de maio de 1972, Lutzenberger afirmou que não se podia acreditar que as indústrias grandes, trustes internacionais, eram menos poluidoras. A empresa dizia controlar 94% ou 96% da poluição; apareceriam somente 4% ou 6%. No entanto, “as magnitudes hoje são tais que esses 4% representam muito mais do que 200% das outras fábricas que lá estão instaladas”<sup>26</sup>.

Em reunião com representantes da Borregaard, em 03/08/1972, na Comissão Parlamentar de Estudo dos Problemas da Poluição e do Ambiente da Assembleia Legislativa-RS, foi apresentado um texto da AGAPAN escrito por Lutzenberger, em que a entidade manifestava sua posição sobre a polêmica causada pela fábrica. O texto, com poucas alterações, foi publicado um ano depois como artigo na imprensa porto-alegrense, intitulado “Os custos ambientais das fábricas de celulose”<sup>27</sup>. Convém analisarmos de perto esse documento, pois expressa o ponto de vista da entidade ambientalista sobre o conflito que se desenrolava naquele momento.

Lutzenberger criticou a Borregaard de um ponto de vista ético-ecológico. Para ele, o problema estava sendo enfocado de forma equivocada, “unilateral, setorializada, interessada em aspectos apenas parciais da questão”, como se o “único erro no caso da instalação da Borregaard” fosse “sua localização, que bastaria que a fábrica tivesse sido localizada em lugar mais afastado dos centros urbanos”. Em sua opinião “uma fábrica como essa, em lugar mais remoto, seria ainda mais perniciosa, pois poluiria impunemente”<sup>28</sup>.

No caso da Borregaard, “foram vistos apenas os aspectos diretamente quantificáveis e que afetavam os grupos interessados como, por exemplo, as divisas da exportação da polpa e o número de empregos. Os aspectos ambientais foram totalmente ignorados. Também não foram vistos os custos sociais indiretos ou remotos”. Lutzenberger denunciava a forma como a tecnologia era sedutora: “facilmente nos deixamos empolgar pelos aspectos espetaculares da tecnologia moderna e esquecemos seus custos. Nos raros casos em que esses custos são mencionados, gostamos de menosprezá-los, considerando, simplesmente, que se tratará do ‘preço do progresso’”. Ele questionava - como faria em outros textos e declarações ao longo da vida - se esse progresso realmente era progresso, “progresso definido como incremento da qualidade de vida humana”.

Entre os “preços” cobrados pela Borregaard, Lutzenberger destacou:

- A “perda de amenidades” (degradação das praias do lago Guaíba: praia da Alegria, Vila Elsa e Florida).
- A degradação dos sistemas aquáticos: “Ecologicamente, o Guaíba está hoje seriamente avariado: A grande mancha negra estende-se por muitos quilômetros na superfície

e espalha-se ainda mais no fundo, onde já alcança a lagoa”. A poluição da celulose juntava-se a problemas já existentes, como a poluição industrial do Gravataí, Sinos, Caí e Taquari, e os esgotos da grande Porto Alegre.

- A degradação de sistemas terrestres: degradação dos “campos nativos” que possuíam “grande potencial para pecuária sustentável de alta produtividade”, e estavam sendo transformados “em lavoura de polpa”. Para ele, esse “florestamento ecologicamente pernicioso ainda custa ao governo grandes somas de incentivo fiscal. O público está pagando duplamente pelos estragos”<sup>29</sup>.

Diante da socialização de tantos custos entre a população e o ambiente (e de tantos lucros privados para os industriais), Lutz concluía: “Veremos então que esse tipo de indústria não nos convém”. A crítica maior à fábrica, do ponto de vista ético-ecológico, era que o drama causado pela Borregaard representava apenas mais um episódio de um processo mais amplo em que as decisões sobre esse tipo de empreendimento eram tomadas exclusivamente por “técnicos”, em geral, engenheiros e economistas. No entanto, para Lutzenberger, tratavam-se de “problemas eminentemente morais, éticos, que requerem, portanto, decisões políticas, antes que técnicas e econômicas. Mas as decisões políticas terão de se basear em informações completas, a visão terá de ser global, ecológica”<sup>30</sup>.

No final do artigo, Lutzenberger fez um apelo relativo à questão econômica: “não podemos continuar equacionando progresso e desenvolvimento apenas com crescimento econômico, com aumento puro e simples de PNB”. Essa crítica ao crescimento econômico era embasada em leituras de autores da corrente teórica da economia ecológica, como Kenneth Boulding, Nicholas Georgescu-Roegen e Herman Daly, entre outros presentes em sua biblioteca pessoal. A economia ecológica surgiu a partir do final dos anos 1960, “como um novo esforço da ciência para a gestão da sustentabilidade. Baseada na teoria geral de sistemas, matemáticas não-lineares, e na economia enquanto ciência da vida, a economia ecológica impõe a necessidade de uma visão holística e transdisciplinar no estudo dos sistemas ecológicos e econômicos”<sup>31</sup>. Tal corrente critica o processo de crescimento econômico, baseando-se nos princípios e conceitos biofísicos e ecológicos envolvidos nesse processo. Ao contrário da forma como a natureza funciona - através da entrada e saída de materiais, de forma a que tudo seja reciclado e nada perdido, não existe lixo -, na economia de mercado contemporânea “custos, como os da destruição de uma paisagem bela ou da extinção de uma espécie, constituem externalidades que se excluem do cálculo econômico”<sup>32</sup>, ou seja, a perda dos elementos naturais (espécies, rios poluídos, retirada de minérios, desmatamento, etc) não é contabilizada. Dessa forma, baseado nesses autores, Lutzenberger denunciava que a economia convencional falhava ao deter-se apenas ao PNB – atualmente, o PIB é mais relevante nas análises econômicas<sup>33</sup>.

Finalizando seu artigo no *Correio do Povo*, Lutz afirmava que “não podemos perder de vista a qualidade da vida e a preservação das condições que permitem a continuação desta”. Penso que ele deve ter apostado no argumento da “qualidade de vida” -utilizado- o muitas vezes nessa época, como os documentos mostram-, por acreditar no seu potencial de convencimento. Nessa perspectiva, a população se mostraria muito mais sensibilizada com as questões ambientais na medida em que o descuido em relação a essas poderia afetar a qualidade de

suas vidas. É interessante constatar a utilização de um argumento bem antropocêntrico para justificar uma causa biocêntrica, em que não só os valores humanos eram importantes para o ambientalista, mas também os elementos naturais afetados pela poluição e pela devastação.

## A vitória: Fechamento da fábrica

A empresa já havia sido notificada em novembro de 1972 pelo secretário de saúde estatal, Jair Soares: se não instalasse filtros antipoluição em um ano, seria fechada. Segundo o jornal *Zero Hora* de 07/12/1973<sup>34</sup>, a Borregaard chegou a instalar um equipamento que prometia eliminar 90% do cheiro, no entanto, esse se mostrou ineficiente e o governador do Estado, Euclides Triches, decretou o fechamento da fábrica no dia 06 de dezembro de 1973.

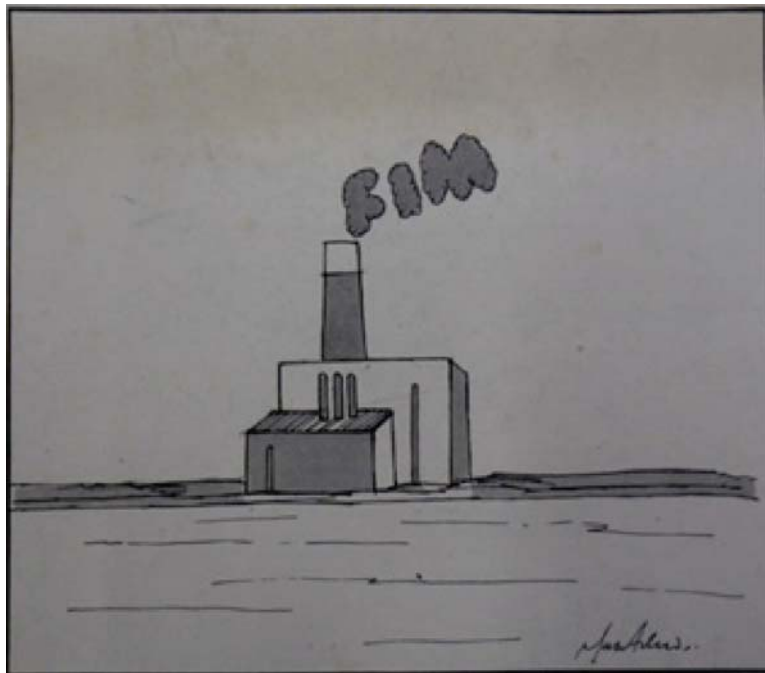


ZERO HORA. Capa. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

Mas a medida não era definitiva, como demonstrava a nota divulgada pelo governo do Estado: “a decisão não impede que a empresa possa voltar a funcionar onde se encontra ou noutro local, desde que elimine as causas que determinaram a suspensão de suas operações. E, para tanto, o governo do Estado manifesta a disposição de colaborar na medida de suas

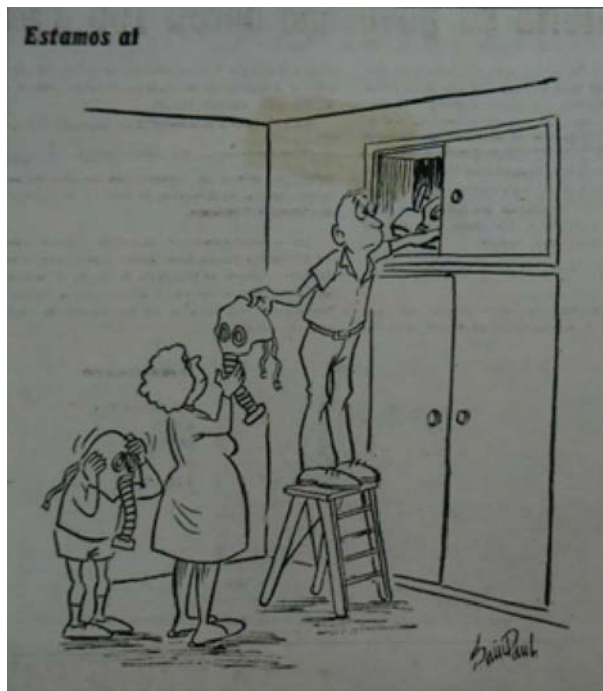
possibilidades”. O governo estava “considerando os aspectos da saúde e do bem-estar da população”, e, ao mesmo tempo, reafirmava sua “posição de continuar empenhando esforços para atrair os investidores que queiram vir participar do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul”<sup>35</sup>.

A medida foi comemorada pela imprensa e especialmente pelos moradores da Zona Sul de Porto Alegre, que já organizavam protestos: um abaixo assinado e uma passeata contra a fábrica<sup>36</sup>. A charge abaixo mostra a última fumaça expelida por ela:



MARCO AURÉLIO. Fim. *Zero Hora*. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

A Borregaard ficou fechada por 99 dias. Em março de 1974, o governo do estado autorizou sua reabertura, depois de forte pressão da indústria. Após ter recebido um prazo de nove meses, ao longo de 1973, para instalar um sistema de filtros, a empresa apresentou “um arremedo de equipamento, que mostrou de imediato sua total inoperância”<sup>37</sup>. A Borregaard não demonstrara “de forma prática uma disposição concreta de solução do problema que diariamente vinha criando e que continuará a criar daqui para a frente em razão da decisão agora adotada”<sup>38</sup>. A reabertura era uma notícia ruim para a população, que teria que voltar a sofrer com o mau cheiro, situação abordada com ironia (seriam necessárias máscaras para suportá-lo) na charge do cartunista Sampauro:



SAMPAULO. Estamos aí. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 14/03/1974 (APJL).

Com a reabertura da fábrica, sem solucionar o problema do odor e da poluição do Guaíba, o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, José César de Mesquita (MDB), anunciou que moveria uma ação popular contra a Borregaard. Entretanto, a bancada da ARENA não se mostrou receptiva à ideia: o líder do partido no poder, Áb o Hervé, afirmou que “os arenistas são sensíveis aos problemas da população, mas não perseguimos pura e simplesmente interesses políticos e eleitores”; eles estavam dispostos a formar uma comissão especial para avaliar o assunto e então, talvez, apoiar a ação popular. Mesquita concordou em instaurar uma comissão, mas não via razão em formá-la, pois a Assembleia Legislativa já havia constituído um grupo para isso<sup>39</sup>.

Na verdade, a posição de Hervé e de seu partido fazia parte de uma manobra política para proteger os interesses dos governos federal e estadual. Acontece que estes eram também proprietários da Borregaard, detendo boa parte das ações da empresa. Seu capital era dividido da seguinte forma: 51% provinha de recursos estrangeiros, 44% do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), um milhão e quinhentos mil dólares do Estado (RS) e havia ainda um pequeno percentual de investidores particulares<sup>40</sup>. O fechamento da empresa definitivamente não interessava aos governos estadual e federal, apesar das queixas da população. A atitude do governo ficou mais evidente em maio de 1974, quando a Assembleia Legislativa constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Borregaard, e conflitos de interesse foram alvo de críticas do então deputado estadual Pedro Simon (MDB).

Em 15 de maio de 1974, o advogado Caio Lustosa, membro da AGAPAN, entrou com uma queixa-crime contra a Borregaard. Lustosa reuniu na ação judicial citações de autores do campo da Medicina que aludiam às consequências da poluição causada pela empresa à saúde

humana: “além de náuseas, vômitos e problemas respiratórios, os gases provocam também colapso cardiovascular com hipertrofia cardíaca”<sup>41</sup>. O advogado argumentou que a empresa estava infringindo os artigos 252 e 271 do Código Penal: o primeiro, por usar gás tóxico, que colocava a população em perigo; o segundo, por despejar seus rejeitos no Guaíba, causando grave poluição às águas<sup>42</sup>. Ao final, pedia a interdição da empresa, como medida de emergência, por no mínimo quinze dias. No entanto, o juiz que apreciou a ação declarou-se incompetente para julgá-la, já que a fábrica estava localizada em Guaíba. Para ele, o foro legal para a ação deveria ser Guaíba, não Porto Alegre. Lustosa recorreu, defendendo que a capital era diretamente afetada pela poluição, mas não obteve sucesso<sup>43</sup>.

A interdição não ocorreu, mas em 22/05/1974, foi instalada na Assembleia Legislativa do Estado a CPI da Borregaard, cujos presidente e vice eram partidários da ARENA. Foi oferecido ao MDB o cargo de relator, porém o líder da bancada do MDB na Assembleia, Pedro Simon, recusou a oferta, denunciando o conflito de interesses: a ARENA não deveria presidir a comissão, já que o governo era parte interessada na questão (como acionista da empresa). A ocupação do cargo de relator seria, segundo o político, um “prêmio de consolação” ao MDB<sup>44</sup>.

A escolha de deputados da ARENA para a presidência da comissão representava um flagrante ataque à democracia e às normas da Assembleia. Deputados do partido defenderam a escolha argumentando que o Regimento Interno da casa “determina que a presidência e vice-presidência da comissão sejam eleitas por seus integrantes em maioria”<sup>45</sup>. Simon rebateu dizendo que o referido Regimento afirmava que “a presidência de uma CPI ou comissão especial caberá a quem solicitar, e, no caso específico, foi o MDB que solicitou a Comissão que foi transformada em CPI”<sup>46</sup>. Mesmo assim, a presidência ficou com integrantes da ARENA. O MDB ainda não possuía forças para vencer esse tipo de confronto, mas começaria, por essa época, a agir como uma oposição de fato, num lento processo de abertura política, a partir da posse de Ernesto Geisel na presidência, em 1974.

Os jornais da capital publicaram a posição da AGAPAN sobre a reabertura da Borregaard, manifesta em nota à imprensa assinada por Lutzenberger. Resumidamente, a nota afirmava que a solução do problema não era simples, na verdade, era apenas um aspecto parcial da problemática ambiental. Se as orientações do parecer desaparecido tivessem sido seguidas, a fábrica estaria localizada em local mais remoto: “incomodaria menos gente, mas, sem clamor público e pressão social, estaria provavelmente causando um dano muito maior e mais irreversível no ambiente”<sup>47</sup>. A empresa nunca deveria ter sido aceita pelo estado, mas ela existia, de fato, bem como seus 25.000 hectares de florestamento industrial. Isso era fato consumado, portanto, restava buscar, por todos os meios, soluções “tecnológicas de controle de poluição do ar e da água e deve ser encontrada uma maneira de harmonizar a grande monocultura florestal com o ambiente natural”<sup>48</sup>.

É interessante constatar as diferentes abordagens do conteúdo dessa nota pelos jornais *Zero Hora* e *Folha da Manhã*. Enquanto o primeiro publicou trechos da nota sem questioná-los, a *Folha da Manhã* considerou que a manifestação, aparentemente, era uma reafirmação das atitudes anteriores da AGAPAN, mas ressaltou: “lida com atenção, porém, ela revela não muito clara. Dizer que a Borregaard transformou-se em ‘símbolo da agressão ambiental’ porque toda

a população sente o mau cheiro não equivaleria dizer que a fábrica foi tomada como símbolo injustamente?” O jornal percebeu também a mudança de posicionamento quanto ao eucalipto. Em artigo anterior para o *Correio do Povo* (de 12/08/1973), Lutzenberger abordara o eucalipto como “florestamento pernicioso”. Por isso, a *Folha da Manhã* -da mesma companhia jornalística- questionava: “Teria o Sr. Lutzenberger sido traído pelas palavras?”<sup>49</sup>.

Lutzenberger enviou carta ao jornal no dia seguinte, solicitando que a nota da AGAPAN fosse publicada na íntegra, “para dar ao leitor inteligente a oportunidade de formar a sua própria opinião”<sup>50</sup>. Em correspondência ao ambientalista e amigo Almirante Belart, ele também mencionou a interpretação do jornal à nota:

Devemos agora agir com extrema cautela. O ambiente está de tal modo histórico, que a imprensa e público não compreenderiam as nossas intenções. Um jornal da Caldas Júnior que queria da AGAPAN uma declaração radical, passou logo ao ataque violento quando nossa declaração foi mais comedida do que o que eles estão agora dizendo. Eles querem que se diga que a Borregaard deve ser fechada amanhã e que todos os seus diretores devem ir à prisão<sup>51</sup>.

Lutzenberger não concordava e não queria entrar na guerra total contra a Borregaard, promovida por setores da imprensa gaúcha. Para o ambientalista, já que a fábrica estava instalada, bem como seus extensos plantios de eucalipto, era mais produtivo pensar em soluções que pudessem amenizar seu impacto ambiental - o que ele realizaria, de fato, nos anos 1980.

A história da fábrica ainda teria outros desdobramentos, aqui apenas indicados, pois seu desenvolvimento foge ao escopo deste artigo. Segundo Lustosa e Benites, após toda a repercussão que a empresa atraiu, em junho de 1974, a sua direção passou para o ex-comandante do III Exército, General Breno Borges Fortes, indicado pelo então governador Sinval Guazzelli. Em julho de 1975, os investidores noruegueses deixaram a fábrica, passando o controle acionário para o Grupo Sul Brasileiro/Montepio da Família Militar<sup>52</sup>. Em 23 de dezembro de 1975, a razão social passou a ser Rio Grande Companhia de Celulose do Sul – Riocell<sup>53</sup>.

A partir de 1982, a Riocell realizou um amplo esforço para tornar-se ambientalmente “limpa”, com a instalação de filtros de ar e de uma estação para tratar seus efluentes. Lutzenberger tornou-se consultor da indústria: construiu um parque ecológico ao seu redor, aproveitando a área às margens do lago, entre 1985 e 1986, e passou a ser responsável pela reciclagem dos resíduos sólidos, transformando-os em adubos orgânicos, a partir de 1988.

Lutzenberger passou de crítico a aliado da empresa, postura que foi questionada por alguns de seus companheiros ambientalistas. Ele respondeu a eles da seguinte forma: “Dizem que eu me vendi à Riocell. Na verdade, eu tive de tirar o chapéu para eles. Mas não era para tirar? Se tu brigas dez, doze anos com alguém, dizendo que ele deve fazer isso e aquilo, e ele faz, qual a tua atitude? Ora, tu vais lá e te abraças a ele, não é mesmo?”<sup>54</sup>.

## Considerações finais

Os episódios da luta contra a Borregaard são expressivos do contexto social do período da ditadura civil-militar no Brasil e da maneira como, nele, as decisões governamentais eram tomadas. Assim como muitas pessoas desapareciam por manifestar-se e lutar contra as posições políticas dominantes, também o relatório que discordava das decisões do governo desapareceu. Os riscos para a saúde da população, qualidade da água e danos ao ambiente em geral não foram considerados e a fábrica teve incentivos fiscais para estabelecer-se em Guaíba. O fechamento, mesmo provisório por 99 dias, só ocorreu após quase dois anos de intensa mobilização de setores da imprensa de Porto Alegre, que tiveram seus interesses econômicos prejudicados (especialmente a Companhia Jornalística Caldas Júnior) e, quem sabe, viram na briga contra a Borregaard um bom assunto para vender jornais. Mas penso que, num contexto de censura imposto pelo regime, publicar notícias contra a fábrica pode ter sido também uma forma indireta de resistência. Afinal, como o governo fora responsável pela sua vinda e instalação e era parceiro no investimento, poderia ser responsabilizado pelo mal causado à saúde e ao ambiente.

Lutzenberger, como porta-voz da AGAPAN, destacou-se na crítica inicial à Borregaard, de um ponto de vista ético-filosófico: ela era fruto de decisões equivocadas que só levavam em consideração argumentos técnicos e econômicos. No entanto, empreendimentos desse tipo requeriam, em sua opinião, um debate sobre os aspectos políticos, éticos e sociais envolvidos. No caso da Borregaard, era uma empresa que associava capital brasileiro e internacional, cujo lucro era privado a seus acionistas, no entanto, os custos ambientais e sociais eram socializados à população de Guaíba e Porto Alegre. A partir de autores da economia ecológica, ele criticava o preço social e ambiental do “progresso”.

Também foi importante o papel dos deputados do MDB, partido de oposição, na abertura da CPI da Borregaard. Mesmo que a presidência e o controle tenham ficado nas mãos de políticos da ARENA - para garantir o atendimento dos interesses do governo, acionista da empresa - e que a fábrica não tenha sido fechada, a CPI foi importante como espaço para obter algum esclarecimento e informação sobre sua construção, funcionamento, e as consequências de suas atividades para a saúde da população e para as águas do Guaíba. Essas informações haviam sido sonegadas desde o início do processo – as pessoas só compartilharam o terrível odor que sua chaminé expelia, sem filtro qualquer.

A posição de Lutzenberger em relação à fábrica mudou, pois para ele, a empresa era apenas um caso de agressão ao ambiente, e que só fora percebido e capaz de gerar reclamações devido ao mau cheiro gerado. Dessa forma, a Borregaard era bem vinda, exatamente onde fora construída, porque levantara o problema da poluição para todo o Rio Grande do Sul, por meio da imprensa. Depois da fábrica instalada, sem perspectivas de seu fechamento, Lutzenberger acreditou que o melhor a fazer, para o bem da população e do ambiente, era investir na busca de soluções para contornar o problema, como tratamento e reciclagem dos efluentes.

O episódio da Borregaard é demonstrativo de como as questões ambientais eram tratadas no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Ao regime, interessava, em primeiro



lugar, o “desenvolvimento econômico”. Como representantes do governo deixaram claro na Conferência de Estocolmo, a poluição era bem vinda, se trouxesse “progresso”.

Todas as etapas - a decisão de instalar a Borregaard, sua construção e início de funcionamento - foram marcadas por censura e autoritarismo: ela foi imposta à população de forma arbitrária e sem direito a informações. No entanto, setores da imprensa, ambientalistas e políticos partiram para uma intensa luta, capaz de quebrar o silêncio impelido pelos governantes e, a longo prazo, garantir mudanças nos processos da empresa, como o tratamento dos efluentes e a instalação de filtros. Portanto, esse episódio foi importante também no sentido de provocar ampla conscientização política e ambiental, favorecendo o espaço de lutas em favor da ecologia em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

## Fontes

*Correio do Povo*. “Borregaard será fechada até novembro se não cumprir exigências do governo”. Porto Alegre, 21/01/1973, capa (APJL).

*Correio do Povo*. “Borregaard será levada à justiça por causar males à saúde pública”. Porto Alegre, 16/05/1974, p. 23 (APJL).

*Folha da Manhã*. “A tranquilidade chegou para Raffin. O seu conselho foi divulgado”. Porto Alegre, 22/01/1973, p. 16 (APJL).

*Folha da Manhã*. “Agapan, a mesma posição?” Porto Alegre, 23/05/1974 (APJL).

*Folha da Tarde*. “Borregaard recomeça. Euforia do povo não durou 100 dias”. Porto Alegre, 14/03/1974, p. 3 (APJL).

*Folha da Tarde*. “Ação popular contra a Borregaard”. Porto Alegre, 20/03/1974, p. 3 (APJL).

*Folha da Tarde*. Porto Alegre, 24/05/1974, p. 8 (APJL).

*Jornal da Ecologia*. “Dom Quixote Quixote dos Pampas: Entrevista com Lutzenberger”. Ribeirão Preto-SP, Fevereiro de 1990, pp. 4-5.

Lutzenberger, José. “Depoimento sobre poluição em 30/05/1972”. In: *Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Poluição & Desenvolvimento: Comissão Parlamentar para o estudo da poluição e defesa do meio ambiente*. Porto Alegre, 1972 (APJL).

Lutzenberger, José. “Os custos ambientais das fábricas de celulose”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12/08/1973, p. 18 (APJL).

Lutzenberger, José. “Agapan: Nota à Imprensa”. Porto Alegre, 22/05/1974 (APJL).

Lutzenberger, José. “Carta à redação da *Folha da Manhã*”. Porto Alegre, 24/05/1974 (APJL).

Lutzenberger, José. “Carta ao Almirante Belart”. Porto Alegre, 09/06/1974 (APJL).

Lutzenberger, José. “Depoimento sobre o início da Agapan. Entrevista ao jornalista João Batista Aguiar”. Porto Alegre, 11/03/1986 (APJL).

Lutzenberger, José. Entrevista. *A Garça*, 2002 (APJL).

Marco Aurélio. Fim. *Zero Hora*. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

Sampaio, Fernando. “A Borregaard: A poluição industrial e a destruição ecológica”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 04/01/1973 (APJL).

Sampaio. “Poluição”. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 17/06/1972 (APJL).

Sampaio. “Estamos aí”. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 14/03/1974 (APJL).

Savio, Eleazar. “Comunicação Interna”. 18/04/1972 (APJL).

*Zero Hora*. Capa. Foto da Borregaard. Porto Alegre, 03/08/1972 (MCSHJC).

*Zero Hora*. Caso Borregaard. Porto Alegre, 03/12/1973, p. 6 (MCSHJC).

*Zero Hora*. Capa. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

*Zero Hora*. Borregaard foi fechada. Porto Alegre, 07/12/1973, p. 2 (MCSHJC).

*Zero Hora*. Abre com divergências a CPI da Borregaard. Porto Alegre, 23/05/1974 (APJL).

*Zero Hora*. Empresa surgiu com o fim da Borregaard. Porto Alegre, 16/12/1992, p. 44 (APJL).

## Artículos e Livros

- Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1987.
- Brasil. Decreto-Lei Nº 2848, de 07/12/1940. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em 18 dez. 2013.
- Brasil. Ato Institucional Nº 5, de 13/12/1968. Disponível em: <[http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao\\_6.htm](http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm)>. Acesso em 20 jun. 2014.
- Carson, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- Cavalcanti, Clóvis. "Uma tentativa de caracterização da economia ecológica", *Ambiente e Sociedade*, Vol. VII, Nº 1, jan-jun 2004, pp. 149-156.
- Dias, Genebaldo. *Educação Ambiental—princípios e práticas*. São Paulo, Editora Gaia, 1992.
- Gomes Júnior, Wagner Ribeiro. Qual a diferença entre PIB e PNB? Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qual-a-diferenca-entre-pib-e-pnb/36083/>>. Acesso em 06 jan. 2014.
- Lustosa, Caio e Benites, Eva. *Luta ambiental e cidadania*. Porto Alegre, Editora Dacasa/Palmarinca, 2008.
- Madeira, Rafael Machado. "Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro". Tese de Doutorado, PPG em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- Montibeller, Gilberto; Souza, Gláucia; Bôlla, Kelly. "Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental", *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, Nº 23, Março de 2012, pp. 25-35.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- Rebello, Tiego Rocha. "Governo Ildo Meneghetti: A questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul". *XI Encontro Estadual de História da Anpuh-RS*. Rio Grande-RS, FURG, 23 a 27 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.eeh2012.anpuh.org.br/resources/anais/18/1346362533\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](http://www.eeh2012.anpuh.org.br/resources/anais/18/1346362533_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf)>. Acesso em 24 jan. 2014.
- Ribeiro, Berta. *Amazônia Urgente*. Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1992.
- Silva, Maria Cristina V. G. "Imprensa e Educação Ambiental: um estudo sobre a contribuição do jornal". In: Dornelles, Beatriz. *Mídia, imprensa e as novas tecnologias*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.
- The Birth of the Club of Rome. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=375>>. Acesso em 15 abril 2014.
- Umaña, Wilson Picado. "Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde". *HALAC*. Belo Horizonte, Vol. III, Nº 2, Marzo-agosto 2014, pp. 490-521. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/halac/index.php/periodico/article/viewFile/127/140>>. Acesso em 15 jul. 2014.
- Worster, Donald. "Living in Nature: Biography and Environmental History". In: Myllyntaus, Timo. *Thinking though the Environment*. Cambridge, The White Horse Press, 2011.

## Notas

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [elenitamalta@gmail.com](mailto:elenitamalta@gmail.com)

<sup>1</sup> A tese se encontra em fase final de escrita.

<sup>2</sup> Donald Worster, "Living in Nature: Biography and Environmental History", in: Timo Myllyntaus, *Thinking though the Environment*, Cambridge, The White Horse Press, 2011, pp. 28-30.

<sup>3</sup> Rafael Machado Madeira, *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*, Tese de Doutorado, PPG em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

<sup>4</sup> Brasil. Ato Institucional Nº 5, de 13/12/1968. Disponível em: <[http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao\\_6.htm](http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm)>. Acesso em 20 jun. 2014.

<sup>5</sup> Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1987, p. 19.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, São Paulo, Melhoramentos, 1964.

<sup>8</sup> José Lutzenberger, "Depoimento sobre o início da Agapan. Entrevista ao jornalista João Batista Aguiar". Porto Alegre, 11/03/1986 (APJL).

<sup>9</sup> *Zero Hora*, Empresa surgiu com o fim da Borregaard. Porto Alegre, 16/12/1992, p. 44 (APJL).

<sup>10</sup> Tiego Rocha Rebello, *Governo Ildo Meneghetti: A questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul*, Comunicação no XI Encontro Estadual de História da Anpuh-RS. Rio Grande-RS, FURG, 23 a 27 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346362533\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346362533_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf)>. Acesso em 24 jan. 2014.

<sup>11</sup> Sobre o conceito de revolução verde, consultar Wilson Picado Umaña, "Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde", *HALAC*, Belo Horizonte, Vol. III, Nº 2, Marzo-agosto 2014, pp. 490-521. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/halac/index.php/periodico/article/viewFile/127/140>>. Acesso em 15 jul. 2014.

- <sup>12</sup> Sobre o impacto dos grandes projetos na Amazônia, consultar Berta Ribeiro, *Amazônia Urgente*, Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1992
- <sup>13</sup> Caio, Lustosa, Eva Benites, *Luta ambiental e cidadania*, Porto Alegre, Editora Dacasa/Palmarinca, 2008, p. 12.
- <sup>14</sup> Maria Cristina V. G. Silva, "Imprensa e Educação Ambiental: um estudo sobre a contribuição do jornal", in: Beatriz Dornelles, *Mídia, imprensa e as novas tecnologias*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002, p. 38.
- <sup>15</sup> Rodrigo Patto Sá Motta, *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006, p. 23.
- <sup>16</sup> Eleazar Savio, Comunicação Interna. 18/04/1972 (APJL).
- <sup>17</sup> *Idem*.
- <sup>18</sup> *Idem*.
- <sup>19</sup> Segundo Genebaldo Dias, "considerada um marco histórico político internacional, a Conferência de Estocolmo, além de chamar a atenção do mundo para os problemas ambientais, também gerou controvérsias. Os representantes dos países em desenvolvimento acusaram os países industrializados de querer limitar seus programas de desenvolvimento industrial, usando a desculpa de poluição como um meio de inibir a capacidade de competição crescente dos países pobres." Um cartaz brasileiro exposto na Conferência afirmava: "Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições". Genebaldo Dias, *Educação Ambiental – princípios e práticas*, São Paulo, Editora Gaia, 1992, p. 44-45.
- <sup>20</sup> O Clube de Roma surgiu como uma associação de profissionais dos ramos da diplomacia e da indústria, da sociedade civil e da academia, reunida pela primeira vez na capital italiana em 1968, a convite do industrial italiano Aurelio Peccei e do cientista escocês Alexander King para discutir o dilema de prevalecer o pensamento de curto prazo nos assuntos internacionais e, em particular, as preocupações sobre o consumo de recursos ilimitados em um mundo cada vez mais interdependente. O Clube permanece em atividade atualmente. The Birth of the Club of Rome. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=375>>. Acesso em 15 abril 2014.
- <sup>21</sup> Fernando Sampaio, "A Borregaard: A poluição industrial e a destruição ecológica", *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/01/1973 (APJL).
- <sup>22</sup> *Correio Do Povo*, "Borregaard será fechada até novembro se não cumprir exigências do governo", Porto Alegre, 21/01/1973, capa (APJL).
- <sup>23</sup> *Folha Da Manhã*, "A tranquilidade chegou para Raffin. O seu conselho foi divulgado". Porto Alegre, 22/01/1973, p. 16 (APJL).
- <sup>24</sup> J. Lutzenberger, Entrevista. *A Garça*, 2002 (APJL).
- <sup>25</sup> *Idem*.
- <sup>26</sup> J. Lutzenberger, "Depoimento sobre poluição em 30/05/1972", *Assembleia Legislativa Do Rio Grande Do Sul. Poluição & Desenvolvimento: Comissão Parlamentar para o estudo da poluição e defesa do meio ambiente*, Porto Alegre, 1972, p. 55 (APJL).
- <sup>27</sup> J. Lutzenberger, "Os custos ambientais das fábricas de celulose", *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1973, p. 18 (APJL).
- <sup>28</sup> *Idem*.
- <sup>29</sup> *Idem*.
- <sup>30</sup> *Idem*.
- <sup>31</sup> Gilberto Montibeller, Gláucia Souza, Kelly Bôlla, "Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental", *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, Nº 23, Março de 2012, p. 28.
- <sup>32</sup> Clóvis Cavalcanti, "Uma tentativa de caracterização da economia ecológica", *Ambiente e Sociedade*, Vol. VII, Nº 1, jan-jun 2004, p. 150.
- <sup>33</sup> A diferença entre os indicadores Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Interno Bruto (PIB) é que o primeiro considera todos os valores de receitas que um país produz, incluindo o que recebe e envia ao exterior; já o segundo "representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independentemente do destino dessa renda", ou seja, não leva em conta a entrada de verbas do exterior. Wagner Ribeiro Gomes Júnior, "Qual a diferença entre PIB e PNB?" Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qual-a-diferenca-entre-pib-e-pnb/36083/>>. Acesso em 06 jan. 2014.
- <sup>34</sup> *Zero Hora*, "Borregaard foi fechada". Porto Alegre, 07/12/1973, p. 2 (MCSHJC).
- <sup>35</sup> *Ibidem*, p. 6.
- <sup>36</sup> *Idem*.
- <sup>37</sup> *Folha Da Tarde*, "Borregaard recomeça. Euforia do povo não durou 100 dias", Porto Alegre, 14/03/1974, p. 3 (APJL).
- <sup>38</sup> *Idem*.
- <sup>39</sup> *Folha Da Tarde*, "Ação popular contra a Borregaard", Porto Alegre, 20/03/1974, p. 3 (APJL).
- <sup>40</sup> *Zero Hora*, "Caso Borregaard", Porto Alegre, 03/12/1973, p. 6 (MCSHJC).
- <sup>41</sup> *Correio Do Povo*, "Borregaard será levada à justiça por causar males à saúde pública", Porto Alegre, 16/05/1974, p. 23 (APJL).
- <sup>42</sup> Brasil. Decreto-Lei Nº 2848, de 07/12/1940. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em 18 dez. 2013.
- <sup>43</sup> Benites Lustosa, *op. cit.*, pp. 13-16.

<sup>44</sup> *Zero Hora*. “Abre com divergências a CPI da Borregaard”, Porto Alegre, 23/05/1974 (APJL).

<sup>45</sup> *Folha Da Tarde*, Porto Alegre, 24/05/1974, p. 8 (APJL).

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> J. Lutzenberger, Agapan: Nota à Imprensa. Porto Alegre, 22/05/1974 (APJL).

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> *Folha Da Manhã*. “Agapan, a mesma posição?”, Porto Alegre, 23/05/1974 (APJL).

<sup>50</sup> J. Lutzenberger, “Carta à redação da *Folha da Manhã*”. Porto Alegre, 24/05/1974 (APJL).

<sup>51</sup> J. Lutzenberger, “Carta a Belart,” Porto Alegre, 09/06/1974 (APJL).

<sup>52</sup> Lustosa, Benites, *op. cit.*, p. 17.

<sup>53</sup> Em novembro de 1978, ela foi estatizada (o BNDES e o Banco do Brasil assumiram seu controle) e, em 10 de março de 1982, privatizada novamente, mudando o nome para Riocell S/A. Depois de passar por dois processos de venda, para o grupo Klabin em 2000 e deste para a Aracruz em 2003, em 2009 a empresa foi adquirida por um grupo chileno (CMPC) e passou a usar a denominação CMPC Celulose Rio-grandense.

<sup>54</sup> *Jornal Da Ecologia*. “Dom Quixote dos Pampas: Entrevista com Lutzenberger”, Ribeirão Preto-SP, Fevereiro de 1990, p. 5.